

Gravidez na adolescência sob a perspectiva de estudantes universitários: percepções sobre determinantes sociais, redes sociais e políticas públicas

University Students' Perspectives on Adolescent Pregnancy: Perceptions of Social Determinants, Social Media, and Public Policies

Clara Mundim¹, Letícia Amaral¹, Letícia Ramires¹, Nina Prates²

Resumo: A gravidez na adolescência persiste como expressão das desigualdades sociais no Brasil, articulando determinantes da saúde, vulnerabilidades estruturais e acesso desigual a direitos fundamentais. Trata-se de fenômeno multifatorial que ocorre em uma fase de intensas mudanças físicas, emocionais e sociais, com repercussões sobre a continuidade dos estudos, inserção no mercado de trabalho e qualidade de vida das adolescentes. Este estudo teve como objetivo analisar criticamente as percepções de estudantes universitários sobre a gravidez na adolescência, considerando escolaridade, uso de métodos contraceptivos, influência social, papel das redes sociais e acesso aos serviços de saúde. Realizou-se um estudo observacional, descritivo e quantitativo, com aplicação de questionário eletrônico (Google Forms) a 66 estudantes universitários. Observou-se predominância do sexo feminino (72,7%). 93,9% associaram a gravidez precoce à escolaridade; 60,6% apontaram a romantização da gravidez nas redes sociais; e 48,4% relataram conhecer adolescentes que engravidaram precocemente. 30,3% indicaram a escola como principal fonte de informação. Todos reconheceram que adolescentes de baixa renda têm menor acesso a informações, e 96,9% destacaram prejuízos educacionais e profissionais decorrentes da gestação precoce. Quanto aos serviços de saúde, 54,5% os consideraram parcialmente acessíveis, e 72,7% afirmaram que adolescentes raramente buscam orientação nesses espaços. Conclui-se que os universitários compreendem a gravidez precoce como problema social e educacional, vinculado a desigualdades, desinformação e influência das redes sociais, reforçando a necessidade de políticas públicas inter-setoriais, educação sexual emancipatória e fortalecimento da atenção à saúde do adolescente.

¹ Graduanda de medicina da Faculdade Souza Marques.

² Professora do Depto. de Medicina Social da Faculdade Souza Marques.

Palavras-chave: Gravidez na Adolescência; Educação Sexual; Saúde Reprodutiva; Saúde do Adolescente; Políticas de Saúde.

Abstract: Adolescent pregnancy persists as an expression of social inequalities in Brazil, intertwining health determinants, structural vulnerabilities, and unequal access to fundamental rights. It is a multifactorial phenomenon that occurs during a phase of intense physical, emotional, and social changes, with repercussions on educational continuity, labor market insertion, and adolescents' quality of life. This study aimed to critically analyze university students' perceptions of adolescent pregnancy, considering education level, use of contraceptive methods, social influences, the role of social media, and access to health services. A descriptive, observational, and quantitative study was conducted using an electronic questionnaire (Google Forms) applied to 66 university students. The majority were female (72.7%). Most participants (93.9%) associated early pregnancy with education; 60.6% pointed to the romanticize of pregnancy on social media; and 48.4% reported knowing adolescents who became pregnant at an early age. The school was indicated as the main source of information by 30.3% of respondents. All participants recognized that low-income adolescents have less access to information, and 96.9% highlighted educational and professional losses resulting from early pregnancy. Regarding health services, 54.5% considered them partially accessible, and 72.7% stated that adolescents rarely seek guidance in these settings. It is concluded that university students understand early pregnancy as a social and educational problem linked to inequalities, misinformation, and social media influence, reinforcing the need for intersectoral public policies, emancipatory sex education, and strengthened adolescent health care. **Keywords:** Adolescent Pregnancy; Sex Education; Reproductive Health; Adolescent Health; Health Policy.

Introdução

A gravidez na adolescência configura-se como um dos fenômenos mais emblemáticos das desigualdades sociais brasileiras, representando não apenas um desafio de saúde pública, mas a expressão de múltiplas vulnerabilidades sociais, econômicas e simbólicas. Embora o Brasil tenha registrado uma redução significativa da fecundidade total nas últimas décadas, a taxa de gravidez

entre adolescentes — especialmente na faixa etária de 15 a 19 anos — permanece elevada e com padrões de distribuição desiguais. Este fenômeno se manifesta com maior intensidade em populações de baixa renda, com escolaridade precária e residentes em áreas periféricas ou rurais, marcadas pelo acesso limitado a políticas públicas essenciais [1].

Longe de ser o resultado exclusivo de decisões individuais, a

gravidez precoce deve ser compreendida à luz dos determinantes sociais da saúde, que são profundamente atravessados por marcadores de classe, gênero, raça e território [2] [3]. Contextos marcados por desestruturação familiar, violência doméstica, ausência de políticas eficazes de saúde sexual e reprodutiva, e lacunas na educação formal, contribuem para a perpetuação da maternidade precoce como um destino socialmente construído. Nessa perspectiva, a adolescência — fase crítica para o desenvolvimento biopsicosocial — é frequentemente interrompida por experiências de maternidade não planejada, que limitam projetos de vida, reduzem o acesso a oportunidades e intensificam o ciclo intergeracional da pobreza [4][5].

Perspectiva Estrutural e Lacunas de Conhecimento

A gravidez na adolescência não pode ser desvinculada do contexto de exclusão social vivenciado por parte expressiva da juventude brasileira, conforme destaca Diniz [6]. A autora ressalta que a maternidade precoce incide com maior frequência em comunidades onde há escassez de acesso à informação qualificada, educação formal contínua e serviços de saúde com abordagem humanizada. O fenômeno, portanto, reflete falhas estruturais que antecedem a gestação e perpetuam um ciclo de vulnerabilidades.

Do ponto de vista da saúde pública, a gravidez na adolescência é considerada de risco pela Organização Mundial da Saúde (OMS), especialmente quando associada a determinantes como baixa escolaridade, início precoce da vida sexual e ausência de acompanhamento pré-natal qualificado [6]. Em um estudo conduzido com puérperas de baixa renda no Rio de Janeiro, Gama et al. [7][8] observaram que adolescentes mães apresentaram piores indicadores socioeconômicos, maior exposição a comportamentos de risco e menor adesão ao cuidado pré-natal. Contudo, o acesso qualificado e humanizado aos serviços de saúde mostrou-se um fator protetivo relevante, capaz de mitigar desfechos negativos como prematuridade e baixo peso ao nascer.

Apesar dos riscos evidentes, pesquisas indicam uma lacuna entre o conhecimento e a prática preventiva. Embora adolescentes brasileiras tenham, em geral, conhecimento sobre métodos contraceptivos, esse saber não se traduz automaticamente em práticas eficazes. Um estudo de Guimarães e Witter [9] demonstrou que, entre jovens, há um conhecimento superficial e, muitas vezes, fragmentado sobre contracepção e sexualidade. Isso revela a persistência de tabus culturais, a falta de espaços seguros para diálogo e a ausência de mediação crítica tanto na escola quanto na família.

O Papel das Redes Sociais e o Olhar Universitário

No contexto contemporâneo, torna-se urgente considerar o papel das redes sociais digitais na construção simbólica e afetiva da gravidez precoce. Plataformas como TikTok, Instagram e YouTube têm desempenhado uma função central na forma como adolescentes narram, expõem e interpretam suas experiências de gestação e maternidade [10][11]. Essas mídias configuram um novo campo de disputa simbólica onde sentidos sobre maternidade, juventude e sexualidade são constantemente produzidos e reproduzidos. Nesses espaços, observa-se tanto a romantização da gravidez precoce — muitas vezes mediada por uma estetização digital do cotidiano materno — quanto a reprodução de discursos moralizantes e estigmatizantes, que culpabilizam as adolescentes em situação de vulnerabilidade e ocultam os determinantes estruturais que perpassam essas trajetórias [11].

Paralelamente, o olhar universitário sobre a gravidez na adolescência oferece possibilidades de resignificação crítica do fenômeno, ao articular pesquisa, extensão e formação cidadã. A inserção da temática nos espaços acadêmicos não apenas amplia a compreensão das dimensões sociais e políticas do problema, mas também fomenta práti-

cas educativas emancipadoras, capazes de dialogar com jovens em seus próprios territórios — inclusive os digitais. É nesse cruzamento entre ciência, juventude e tecnologia que se abre uma nova fronteira de análise e intervenção.

Diante desse panorama multifacetado, o presente estudo tem como objetivo analisar criticamente as percepções de estudantes universitários sobre a gravidez na adolescência, considerando variáveis como escolaridade, uso de métodos contraceptivos, influência social, papel das redes sociais e acesso aos serviços de saúde. Ao integrar dados primários de universitários e um referencial teórico multidisciplinar, busca-se compreender como o fenômeno é vivenciado e simbolizado, apontando caminhos para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às múltiplas dimensões da juventude brasileira.

Método

Trata-se de um estudo observacional, descritivo e de abordagem quantitativa, delineado com o objetivo de analisar as percepções de estudantes universitários da área da medicina, a respeito da gravidez na adolescência. A amostra não probabilística e por conveniência inclui alunos do 1º ao 6º ano da faculdade Souza Marques.

A coleta de dados foi realizada entre agosto e setembro de 2025. A

amostra foi composta por 66 estudantes. Foram incluídos participantes com idade igual ou superior a 18 anos e que possuíam matrícula ativa no curso de graduação. O instrumento de coleta utilizado foi um questionário eletrônico, elaborado na plataforma Google Forms, contendo exclusivamente questões fechadas relacionadas à temática central do estudo.

Os dados coletados foram organizados e processados em uma planilha eletrônica (Microsoft Excel). A análise consistiu no emprego de estatística descritiva, com o cálculo de frequências absolutas e relativas. A interpretação dos achados foi orientada pelo referencial dos Determinantes Sociais da Saúde, visan-

do integrar as dimensões quantitativas com reflexões críticas sobre vulnerabilidade, educação e políticas públicas.

Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa. A concordância na participação foi expressa no próprio formulário assinalando a opção “estou de acordo” no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados

Perfil Sociodemográfico dos Participantes

Dos 66 participantes do estudo, houve uma predominância significativa do sexo feminino (72,7%), sendo do sexo masculino. O perfil da amostra está detalhado na Tabela 1.

Tabela 1- Perfil Sociodemográfico dos Participantes		
Variável	n	%
Sexo Feminino	48	72,7
Sexo Masculino	18	27,3
Total	66	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Percepções e Conhecimentos sobre a Gestação Precoce

A Tabela 2 apresenta as percepções dos participantes sobre os fatores e o impacto da gravidez precoce.

Observou-se um consenso quase total de que o nível de escolaridade é um fator determinante

(93,9%). Adicionalmente, 60,6% dos participantes relataram que as redes sociais contribuem para a romantização dessa experiência, e 48,4% afirmaram conhecer adolescentes que vivenciaram a gestação precocemente.

Em relação à classificação do fenômeno, a maioria (72,7%) o

compreendeu como uma questão social.

Houve uma concordância unânime (100,0%) de que adolescentes de baixa renda têm menor acesso a informações sobre saúde

reprodutiva. Quase a totalidade dos participantes (96,9%) destacou que a gestação precoce compromete oportunidades futuras de estudo e inserção no mercado de trabalho.

Tabela 2 – Percepções e Conhecimentos sobre a Gestação Precoce

Fator/Impacto	n	%
Gravidez precoce associada ao nível de escolaridade	62	93,9
Redes sociais romantizam a gravidez precoce	40	60,6
Conhecem adolescentes que engravidaram precocemente	32	48,4
Adolescentes de baixa renda têm menos acesso à informação	66	100
Gestação precoce compromete estudo e trabalho	64	96,9
Gravidez na adolescência classificada como questão social	48	72,7

Fonte: Dados da pesquisa.

Fontes de Informação, Práticas Contraceptivas e Serviços de Saúde

O acesso à informação e aos serviços de saúde foi avaliado conforme apresentado na Tabela 3.

Apenas dos participantes identificaram a escola como principal fonte de orientação. Além disso, consideraram que os adolescentes não utilizam adequadamente os métodos contraceptivos disponíveis.

No que tange aos serviços de saúde, 54,5% avaliaram que esses recursos são apenas parcialmente acessíveis, e indicaram que adolescentes raramente buscam orientação nesses espaços. Unanimemente, os estudantes defenderam a necessidade de políticas públicas específicas voltadas à prevenção da gravidez precoce.

Tabela 3 – Fontes de Informação, Práticas e Acesso aos Serviços de Saúde

Variável	n	%
Escola como principal fonte de informação	20	30,3
Adolescentes não utilizam adequadamente métodos contraceptivos	24	36,3
Serviços de saúde parcialmente acessíveis	36	54,5
Adolescentes raramente buscam orientação em serviços de saúde	48	72,7
Defendem políticas públicas específicas para prevenção	66	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Discussão

O presente estudo revela a compreensão da gravidez na adolescência como um fenômeno multidimensional, complexo, intrinseca-

mente ligado aos determinantes sociais da saúde e à desigualdade estrutural. A forte predominância da escolaridade como fator determinante (93,9%) está em alinhamento com a literatura que estabelece uma

correlação direta entre a evasão escolar, o aumento da vulnerabilidade social e a perpetuação do ciclo de pobreza [12][13].

A percepção da influência das redes sociais (60,6%) como um espaço de romantização da maternidade precoce reflete as novas dinâmicas simbólicas e comunicacionais da juventude. Pesquisas recentes destacam que, no contexto digital, as narrativas podem tanto reproduzir estigmas quanto promover a autonomia, dependendo da abordagem pedagógica e comunicativa adotada [14][15].

O reconhecimento da escola como fonte limitada de informação (30,3%) e o uso inadequado de métodos contraceptivos (36,3%) confirmam as fragilidades históricas na implementação da educação sexual no Brasil. Este cenário ainda é marcado por significativas resistências culturais e políticas [5][16]. Essa lacuna educacional contribui diretamente para a manutenção de práticas desinformadas e, portanto, reforça a necessidade urgente de políticas educacionais baseadas em evidências científicas.

A unanimidade dos participantes em associar a baixa renda ao menor acesso à informação e aos serviços de saúde está em consonância com o arcabouço teórico dos determinantes sociais da saúde [2][17]. O acesso restrito a serviços que sejam verdadeiramente acolhedores e o

baixo engajamento juvenil nos espaços institucionais também foram amplamente identificados em outros estudos [4][18]. Tal achado reforça a urgência de fortalecer a atenção primária à saúde e aprimorar a formação de profissionais para que sejam sensíveis e capacitados para as especificidades dessa faixa etária.

Por fim, a defesa unânime de políticas públicas específicas sinaliza que os estudantes reconhecem a gravidez na adolescência não apenas como uma questão de saúde pública, mas também como um problema de justiça social. Isso demanda ações intersetoriais e articuladas entre os setores de educação, saúde e assistência social [19].

Considerações Finais

A gravidez na adolescência é percebida pelos estudantes universitários como problema social complexo, vinculado a desigualdades e déficits de informação. As redes sociais emergem como espaços de ambivalência — simultaneamente reprodutores de estigmas e potenciais arenas educativas.

Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, com foco em educação sexual emancipatória, fortalecimento da atenção primária à saúde e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos. A universidade, nesse contexto, tem papel essencial na formação

crítica de profissionais e na produção de conhecimento comprometido com a transformação social.

Pesquisas futuras podem aprofundar a análise das redes sociais como campo de construção de subjetividades e investigar práticas comunicativas juvenis sobre a gravidez precoce em diferentes plataformas digitais.

Referências Bibliográficas

- [1] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE; 2022.
- [2] World Health Organization. Social determinants of health. Geneva: WHO; 2008.
- [3] Aquino EM, Heilborn ML, Knauth DR, Bozon M, Almeida MC, Araújo J, et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cad Saude Publica*. 2003;19 Suppl 2:S377-88.
- [4] Costa CM, Machado JC, Minayo MCS. Gravidez na adolescência como vulnerabilidade social: uma revisão sistemática da literatura. *Cien Saude Colet*. 2020;25(9):3653-66.
- [5] Guimarães EMB, Witter C. Gravidez na adolescência: conhecimentos, atitudes e práticas contraceptivas. *Rev Bras Enferm*. 2007;60(4):401-6.
- [6] Diniz NC. Gravidez na adolescência: um desafio social [trabalho de conclusão de curso]. Campos Gerais (MG): Universidade Federal de Minas Gerais; 2010.
- [7] Gama SGN, Szwarcwald CL, Leal MC. Gravidez na adolescência e acesso ao pré-natal no Município do Rio de Janeiro. *Rev Saude Publica*. 2002;36(4):351-7.
- [8] Gama SGN, Szwarcwald CL, Leal MC. Experiência de gravidez na adolescência, fatores associados e resultados perinatais entre puérperas de baixa renda. *Cad Saude Publica*.
- [9] Guimarães EA, Witter GP. Gravidez na adolescência: conhecimentos e prevenção entre jovens. *Bol Acad Paul Psicol*. 2007;27(2):167-80. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2007000200014
- [10] Gomes NP, Erdmann AL. A gravidez na adolescência sob o olhar de adolescentes grávidas: significados e sentimentos. *Rev Latino-Am Enfermagem*. 2014;22(4):582-9.
- [11] Ferreira J, Leão LHC, Lins EM. Gravidez na adolescência nas redes sociais: uma análise de discursos sobre maternidade precoce no TikTok. *Interface (Botucatu)*. 2022;26:e220105.
- [12] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Saúde sexual e reprodutiva na adolescência. Brasília: Ministério da Saúde; 2021.
- [13] Borges ALV, Fujimori E, Hoga LAK, Contin MV, Santos OAS, Chofakian CBN. Consequências da gravidez na adolescência para as adolescentes e para a sociedade. *Rev Esc Enferm USP*. 2022;56:e20210345.
- [14] Silva MR, Castro JF. Gravidez na adolescência e mídias digitais: representações sociais e discursos contemporâneos. *Saúde Soc*. 2020;29(3):e190745.
- [15] UNESCO. International technical guidance on sexuality education: an evidence-informed approach. Paris: UNESCO; 2018.
- [16] World Health Organization. Adolescent pregnancy: issues in adolescent health and development. Geneva: WHO; 2004.
- [17] Solar O, Irwin A. A conceptual framework for action on the social determinants of health. Geneva: World Health Organization; 2010.
- [18] Ayres JRCM, França Júnior I, Calazans GJ, Saletti Filho HC. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2018. p. 121-43.
- [19] Organização Mundial da Saúde (OMS). Accelerated action for the health of adolescents (AA-HA!): guidance to support country implementation. Geneva: World Health Organization; 2020.